

**Portal de Legislação do Município de Sagrada Família / RS****LEI MUNICIPAL Nº 1.608, DE 06/07/2023****DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - CMTUR E FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FMTUR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL de Sagrada Família - RS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo [artigo 27, itens I e III da Lei Orgânica Municipal](#),

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - CMTUR e o FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FMTUR, que será nomeado por Decreto do Executivo e se constitui em Órgão local na conjunção de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter deliberativo e consultivo para o assessoramento da municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento turístico do Município de Sagrada Família/RS.

§ 1º O Presidente será eleito na primeira reunião feita quando da constituição inicial do Conselho, e seu mandato será de 2 anos, sem prorrogação ou recondução.

§ 2º O Presidente designará o 1º Secretário e 2º Secretário dentre os membros do Conselho.

§ 3º As Entidades de iniciativa privada acolhidas nesta Lei indicarão os seus representantes, titulares e suplentes, que tomarão assento no Conselho com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por suas Entidades.

§ 4º As pessoas de reconhecido saber e aquelas que de forma patente possam contribuir com os interesses turísticos do Município poderão ser indicadas pelo CMTUR para mandato de dois anos, com a aprovação de dois terços dos seus Membros podendo ser reconduzidos pelo CMTUR.

§ 5º Os representantes do poder público municipal, titulares e suplentes, que não poderão ser em número superior a um terço do CMTUR, serão indicados pelo Prefeito e poderão ser reconduzidos pelo Prefeito.

§ 6º Para os casos dos parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º deste artigo, após o vencimento dos seus respectivos mandatos, os membros permanecerão nomeados enquanto não houver nova nomeação.

§ 7º Em se tratando de representantes titulares de cargos estaduais ou federais, estes indicarão seus respectivos suplentes.

Art. 2º O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO será composto por 01 representante e respectivo suplente de cada segmento, a saber:

- I - Representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Desporto e Turismo;
- II - Representante da Secretaria Municipal da Administração;
- III - Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- IV - Representante CTG Sentinela da Várzea;
- V - Representante da Escola Estadual de Ensino Médio Olímpio Garibaldi Villarinho;
- VI - Representante da EMATER.

Art. 3º Compete ao CMTUR:

- I - Avaliar, opinar e propor sobre:
- II - a Política Municipal de Turismo;
- III - as Diretrizes Básicas observadas na citada Política;
- IV - Planos anuais ou tri anuais visando o desenvolvimento e a expansão do Turismo no Município;
- V - os instrumentos de estímulo ao desenvolvimento turístico;
- VI - os assuntos atinentes ao turismo que lhe forem submetidos;
- VII - Inventariar, diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico do Município e orientar a melhor divulgação do que estiver adequadamente disponível;
- VIII - Programar e executar debates sobre temas de interesse turístico para a Cidade e Região, ouvindo observações das pessoas envolvidas mesmo que estranhas ao Conselho, bem como de pessoas experientes convidadas;
- IX - Manter intercâmbios com Entidades de Turismo do Município ou fora dele, oficiais ou não, para maior

aproveitamento do potencial local;

X - Propor resoluções, instruções regulamentares ou atos necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo em seus diversos segmentos;

XI - Propor programas e projetos nos segmentos do Turismo visando incrementar o fluxo de turistas e de eventos para a Cidade;

XII - Propor diretrizes de implementação do Turismo através de órgãos municipais e dos serviços prestados pela iniciativa privada com o objetivo de prover a infraestrutura local adequada à implantação do Turismo em todos os seus segmentos;

XIII - Sugerir e divulgar as atividades ligadas ao Turismo no Município participando de Feiras, Exposições e Eventos, bem como apoiar a Prefeitura na realização de Feiras, Congressos, Seminários, Eventos e outros;

XIV - Propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento do Turismo no município, emitindo pareceres relativo a financiamento de iniciativas, planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento da indústria Turística em geral;

XV - Colaborar de todas as formas com a Prefeitura e suas Secretarias nos assuntos pertinentes sempre que solicitados;

XVI - Formar Grupos de Trabalho para desenvolver os estudos necessários em assuntos específicos, com prazos para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório ao Conselho;

XVII - Sugerir medidas ou atos regulamentares referentes à exploração de Serviços Turísticos no Município;

XVIII - Sugerir a celebração de convênios com Entidades, Municípios, Estados ou União, e opinar sobre os mesmos quando for solicitado;

XIX - Indicar, quando solicitado, representantes para integrarem delegações do Município a congressos, convenções, reuniões ou novos acontecimentos que ofereçam interesse à Política Municipal de Turismo;

XX - Elaborar e aprovar o Calendário Turístico do Município;

XXI - Monitorar o crescimento do Turismo no Município, propondo medidas que atendam à sua capacidade turística;

XXII - Analisar reclamações e sugestões encaminhadas por turistas e propor medidas pertinentes à melhoria da prestação dos serviços turísticos locais;

XXIII - Eleger, entre seus pares, o Presidente em escrutínio secreto na primeira reunião do primeiro ano; e,

XXIV - Organizar e manter o seu Regimento Interno.

Art. 4º Compete ao Presidente do CMTUR:

I - Representar o CMTUR em suas relações com terceiros;

II - Dar posse aos membros do CMTUR;

III - Definir a pauta, abrir, orientar e encerrar as reuniões;

IV - Acatar a decisão da maioria sobre a frequência das reuniões;

V - Indicar o Secretário Executivo e, quando necessário, o Secretário Adjunto;

VI - Cumprir as determinações soberanas do plenário, oficiando os destinatários e prestando contas de sua Agenda na reunião seguinte;

VII - Cumprir e fazer cumprir esta Lei, bem como o Regimento Interno a ser aprovado por dois terços dos seus Membros; e,

VIII - Proferir o seu voto apenas para desempate.

Art. 5º Compete ao Secretário Executivo:

I - Auxiliar o Presidente na definição das pautas;

II - Elaborar e distribuir a Ata das reuniões;

III - Organizar o arquivo e o controle dos assuntos pendentes, gerindo a Secretaria e o Expediente;

IV - Controlar o vencimento dos mandatos dos membros do CMTUR;

V - Prover todas as necessidades burocráticas; e,

VI - Substituir o Presidente nas suas ausências.

Art. 6º Compete aos Membros do CMTUR:

I - Comparecer às reuniões quando convocados;

II - Em escrutínio secreto eleger o Presidente do Conselho Municipal de Turismo;

III - Levantar ou relatar assuntos de interesse turístico;

IV - Opinar sobre assuntos referentes ao desenvolvimento Turístico do Município ou da Região;

V - Não permitir que sejam levantados assuntos políticos partidários;

VI - Constituir os Grupos de Trabalho para tarefas específicas, podendo contar com assessoramento técnico especializado se necessário;

VII - Cumprir esta Lei, cumprir o Regimento Interno e as decisões soberanas do CMTUR;

VIII - Convocar, mediante assinatura de vinte por cento dos seus membros, assembleia extraordinária para exame ou destituição de membro, inclusive o presidente, quando o Estatuto ou o Regimento Interno forem afetados; e,

IX - Votar nas decisões do CMTUR

Art. 7º O CMTUR reunir-se-á em sessão ordinária semestralmente com maioria, ou com qualquer quórum trinta minutos após a hora marcada, podendo realizar reuniões extraordinárias ou especiais em qualquer data e em qualquer local.

§ 1º As decisões do CMTUR serão tomadas por maioria simples de votos, exceto quando se tratar de alteração do Regimento Interno, casos em que serão necessários os votos da maioria absoluta de seus membros ou, ainda, nos casos previstos nos Parágrafos 4º e 5º do art. 1º e do art. 2º.

§ 2º O Suplente representará o respectivo Titular na sua ausência podendo ser convocado pelo Presidente do CMTUR para participar de todas as reuniões a fim de saber dos assuntos pertinentes.

Art. 8º Perderá a representação da Entidade o Membro que faltar a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas.

Art. 9º Por falta de decoro ou por outra atitude condenável, o CMTUR poderá expulsar o membro infrator, em escrutínio secreto e por maioria absoluta, sem prejuízo da sua Entidade ou categoria que, assim, deverá iniciar a indicação de novo nome para a substituição do tempo remanescente do anterior.

Art. 10. As sessões do CMTUR serão devidamente divulgadas com a necessária antecedência, inclusive na imprensa local, e abertas ao público.

Art. 11. O CMTUR poderá ter convidados especiais, sem direito a voto, com a frequência que for desejável, sejam personalidades ou entidades, desde que devidamente aprovados por maioria absoluta dos seus membros.

Art. 12. O Município cederá local para a realização das reuniões do CMTUR, bem como cederá um ou mais funcionários e material necessário que garantam seu bom desempenho.

Art. 13. As funções dos Membros do CMTUR não serão remuneradas.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência, ad referendum do Conselho.

CAPÍTULO II - DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 15. O Fundo Municipal de Turismo - FMTUR tem natureza contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Industria, Comércio, Desporto e Turismo.

§ 1º O orçamento do FMTUR integrará o orçamento do município em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º O orçamento do FMTUR observará na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 16. Poderá ao FMTUR captar e repassar os recursos para a implementação do Plano Municipal do Turismo.

Art. 17. Constituirão receitas do FMTUR:

I - os valores de cessão de espaços públicos para exploração comercial, de eventos de cunho turístico e de negócios e o resultado de suas bilheterias quando não revertidos a título de cachês ou direitos;

II - a venda de publicações turísticas editadas pelo CMTUR;

III - a participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística do município;

IV - os créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;

V - as doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

VI - as contribuições de qualquer natureza sejam públicas ou privadas;

VII - os recursos provenientes de convênios que sejam celebrados;

VIII - o produto de operações de crédito, realizados pelo CMTUR, observada a legislação pertinente e destinadas a esse fim específico;

IX - os rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis;

X - outras rendas eventuais.

Parágrafo único. As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em contas especiais a serem

abertas e mantidas em agências de estabelecimentos oficiais de crédito, denominado Fundo Municipal de Turismo.

Art. 18. O Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Desporto e Turismo será o ordenador de despesas do FMTUR, devendo proceder a movimentação financeira em conjunto com o Secretário Municipal de Fazenda.

Art. 19. No prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta Lei o Conselho Municipal de Turismo - CMTUR- deverá elaborar seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado por Decreto do Executivo.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

*GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,
aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e três.*

*ANDRE FERNANDE DE QUADROS
Prefeito Municipal EM MUNICIPAL*

Registre-se e Publique-se